

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**
Alimentos Administração**INTRODUÇÃO**

Aquisição de alimentos que serão usados pela Administração Municipal de Dois Vizinhos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Devido a necessidade da administração de adquirir alimentos para reuniões, encontros, eventos, conferências de caráter de intersecretarias, coordenadas pela Secretaria Geral de Governo é fundamental que se tenha a licitação, através de Pregão Eletrônico, para suprir a demanda da Administração Municipal, visto que foi estimado uma quantidade superior da vigente por motivos de insuficiência de saldo definido previamente. Os organizadores do evento deverão se adequar com os recursos disponíveis no DFD, anexo nesse processo, a fim de garantir um conforto aos seus participantes e promover um ambiente mais produtivo. A projeção de itens foi realizada tendo em vista a sazonalidade dos alimentos, conforme oferta do mercado produtor.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; Os itens estão previstos no PCA 2025 - 76.205.640/0001-08 - MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS, códigos ID do item estão compreendidos entre os números 261 e 378. Identificador da futura contratação 987541-100/2025. Nome da futura contratação: Aquisição de alimentos para atender a demanda do município de Dois Vizinhos – PR.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisito da contratação será requerido o seguinte documento:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a entrega de materiais com características semelhantes ao objeto desta licitação.
- b) Alvará expedido pela vigilância sanitária em plena validade.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa da contratação foi baseada no consumo do último contrato, levando em conta os números que foram requisitados de cada produto, elevando as quantidades dos itens que não tem saldo no contrato.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Após análise de contratações similares de outros órgãos públicos, não se vislumbra outra alternativa que não seja a compra através de empresa especializada na venda desses produtos, assim, temos a garantia de um produto confiável e seguro quanto a validade e procedência dos suprimentos. Diante disso, não tendo a Administração equipamentos, liberações e pessoas qualificadas para a fabricação dos itens, é fundamental a contratação de uma empresa para adquiri-los.



6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Considerando o valor dos itens no último certame e as novas quantidades, estima-se que a contratação terá o valor de R\$ 206.962,75 (Duzentos e seis mil e novecentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Considerando as análises acima, é visto que a necessidade da Administração será sanada com o pregão eletrônico para adquirir esses itens, visto que são considerados produtos comuns e não há outra alternativa mais vantajosa.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

A presente contratação poderá ser destinada exclusivamente para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso o valor final do item não ultrapassar o valor de R\$ 80.000,00, por se tratar de bens comuns de natureza divisível por sua vez caso algum item ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 é possível destinar cotas reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, a empresa contratada, de produtos considerados comuns, com isso espera-se adquirir produtos de segurança e confiabilidade, para suprir a necessidade para reuniões, encontros e eventos que serão realizados pela Prefeitura de Dois Vizinhos-PR.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Dieli Geremia Pandolfi



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Fiscal Técnico:	
Suplentes:	Rudinei Curzel

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

A futura contratação não tem correlação com nenhuma outra.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações citadas, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para fornecimento de alimentos perecíveis e não perecíveis visando as demandas da Administração Municipal, objetivando eficiência e confiabilidade nos produtos.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

É notório o benefício da compra em larga escala, visto que poderá ser reduzido custos dos produtos, sendo mais benéfico para a municipalidade, porém, esses produtos em questão não podem ser mensurados sobre pedidos mínimos, visto que serão adquiridos conforme demanda, contudo, foi feita uma análise do quantitativo estimado para 12 meses de contrato.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico.

Critério de julgamento: **menor preço por item.**

Modo de disputa: aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas,



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A exigência de qualificação técnica é fundamental para garantir a qualidade e a segurança dos produtos fornecidos. Essas exigências visam assegurar que os fornecedores possuam a capacidade técnica e operacional necessária para atender às demandas do contrato, respeitando normas de higiene, segurança alimentar e qualidade dos produtos.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

O documento encontra-se anexo com os demais documentos.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se aplica.

Dois Vizinhos, 27 de fevereiro de 2024.

Matheus Nogueira Ponte
Agente Administrativo
Departamento de Compras
Responsáveis pela Elaboração do ETP





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: ECBA-B446-1A37-016D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MATHEUS NOGUEIRA PONTE (CPF 084.XXX.XXX-05) em 27/02/2025 10:30:36 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/ECBA-B446-1A37-016D>